

Relações Bilaterais Brasil-China: uma análise dos desafios e das potencialidades da parceria estratégica

*Isabelle Carvalho Costa Pinto^I
Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves^{II}*

Resumo: O Brasil e a China formalizaram sua Parceria Estratégica em 1993. Desde então, o relacionamento bilateral tem se intensificado a ponto de a China ter se tornado o primeiro parceiro comercial do Brasil em 2009. O presente artigo tem por objetivo analisar os resultados, as potencialidades e os desafios da Parceria Estratégica sino-brasileira, com ênfase no âmbito econômico e comercial. Para isso é utilizado o viés teórico do Neoliberalismo Institucional e a Teoria da Interdependência Complexa, explorando a cooperação entre os Estados que possuem objetivos congêneres, a sensibilidade e a vulnerabilidade existente nas relações. Conclui-se que existe uma parceria estratégica assimétrica, em que a China possui um peso econômico e político maior que o Brasil. No entanto, tal assimetria não configura, por enquanto, um entrave, mas um estímulo ao comércio brasileiro em período de crise econômica.

Palavras-Chave: Brasil; China; Parceria Estratégica; Relações Bilaterais.

Brazil-China Bilateral Relations: an analysis of the challenges and potentials of the strategic partnership

Abstract: Brazil and China formalized their Strategic Partnership in 1993. Since then, bilateral relations between the two countries have intensified to the point where China has become Brazil's first trading partner in 2009. This article aims to analyze the results, potential and obstacles of the Sino-Brazilian Strategic Partnership, with emphasis on the economic and commercial spheres. In order to do so, the theoretical bias of Institutional Neoliberalism and the Theory of Complex Interdependence are used, exploring the cooperation between states that have similar objectives, sensitivity and vulnerability existing in relations. It is concluded that there is an asymmetric strategic partnership between the two, in which China's economic and political power is greater than Brazil's. In the current scenario, however, this phenomenon does not come as a difficulty, but as stimulus to Brazilian trades during a period of economic crisis.

Keywords: Brazil; China; Strategic Partnership; Bilateral Relations.

Artigo recebido em 18/09/2019 e aceito em 06/11/2019

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANJI IZIDRO GONÇALVES

1. Introdução

As relações entre Brasil e China têm se mostrado intensas, sobretudo a partir de 1993, ano no qual foi formalizada a Parceria Estratégica Sino-Brasileira. Esta parceria configura um aprofundamento nas relações bilaterais dos países em três grandes áreas: político-diplomática, econômica-comercial e científica-tecnológica. Em um mundo pós-Guerra Fria, a Parceria Estratégica representava para o Brasil a busca de novas possibilidades fora do eixo América Latina-Europa-Estados Unidos (EUA). Por outro lado, a China observava no Brasil a oportunidade de penetração na América Latina, visto que era um ator com localização geográfica estratégica na região, que buscava se comportar como um líder regional e que possuía um posicionamento de defesa dos países em desenvolvimento no cenário internacional^{III}. Menos de 20 anos depois, no ano de 2009, os chineses se tornaram o maior parceiro comercial brasileiro, ultrapassando os EUA, tradicional parceiro do país^{IV}.

Contudo, as relações bilaterais entre Brasil e China não são recentes. No final dos anos 1960, o Brasil buscou participar das articulações dos países do Terceiro Mundo em contraposição à disputa Leste-Oeste da Guerra Fria, que marginalizava os países periféricos. Nesse cenário, observou, em 1971, o reconhecimento da República Popular da China (RPC) no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), um país cujos ideais se assemelhavam aos objetivos brasileiros^V. Nesse contexto, o Brasil reconheceu a RPC como membro do Conselho de Segurança e não mais Taiwan. Em 1974, durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), ocorreu um grande marco político para ambos os Estados: a negociação para a instalação da Embaixada chinesa em Brasília e da Embaixada brasileira em Pequim^{VI}.

Após o fim do isolacionismo chinês da Era Mao Tse-Tung (1949-1976), no período do governo de Deng Xiaoping (1976-1997) a China apresentou evidências de um retorno ativo às articulações e aos debates da comunidade internacional, sobretudo com a abertura comercial em 1982. Durante a década de 1990 e início do século XXI, a China aumentou sua produção e fortaleceu sua presença no mundo, por exemplo, com sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, recebendo apoio do Brasil.

A partir da institucionalização da “Parceria Estratégica” em 1993, o Brasil e a China se engajaram em cooperar em prol de um objetivo comum: o desenvolvimento. Logo, em 1994, diversos setores como telecomunicações, saúde, informática, mineração e energia receberam a atenção de ambos os países^{VII}.

Entre 2003 e 2010, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, observou-se um significativo crescimento da economia brasileira. Nesse contexto, foram exploradas as relações com a região da América do Sul e com países emergentes, como China, Rússia, África do Sul e Índia no que se convencionou chamar busca da “autonomia pela diversificação”^{VIII}. Em oposição ao cenário doméstico brasileiro favorável, percebeu-se um cenário internacional cada vez mais instável, que culminou na crise econômica de 2008. Devido ao dinamismo econômico dos países do BRICS foi possível diminuir os efeitos da crise no Brasil. Além disso, a China, como parceiro comercial brasileiro, teve papel significativo para manter a economia do Brasil com um desempenho ativo ao longo do período.

Contudo, ao final de 2014, o Brasil apresentou os primeiros sinais do que veio a se tornar uma grande crise econômica, que se estende até os dias atuais. Ainda assim, a China

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANJI IZIDRO GONÇALVES

tem mantido o posto de maior parceiro comercial do Brasil, deixando os EUA com o segundo lugar do ranking, focando, sobretudo, na importação de minérios de ferro, óleos brutos de petróleo, soja, celulose e carne.

A partir do exposto, percebe-se que desde os anos 1970 o relacionamento entre Brasil e China evoluiu e amadureceu, dando origem a uma Parceria Estratégica nos anos 1990 que se fortaleceu no século XXI. Tendo em vista esta evolução nas relações bilaterais, este artigo busca analisar as relações Brasil-China, e, mais especificamente, a Parceria Estratégica sino-brasileira, enfatizando seus resultados, seus desafios e suas potencialidades com ênfase no âmbito econômico-comercial entre os anos 2008 e 2016, quando há um declínio relativo da economia brasileira, devido a um cenário internacional e doméstico composto por dificuldades e crises, durante o Governo de Dilma Rousseff (2011-2016). A fim de analisar o tema proposto, este artigo busca responder a seguinte questão: quais são os resultados, as potencialidades e os desafios que a Parceria Estratégica sino-brasileira apresenta para o Brasil?

O artigo é dividido em quatro seções, além da presente introdução. A primeira seção diz respeito à perspectiva teórica e aos conceitos que orientam o trabalho. A segunda apresenta o desenvolvimento da Parceria Estratégica sino-brasileira, abordando os principais interesses de ambos os países. A terceira seção refere-se à Parceria Estratégica no período entre 2008 e 2016, destacando os resultados, os desafios e dificuldades presentes nesse relacionamento assimétrico. Por fim, a última seção é referente à conclusão.

2. Conceitos e Perspectiva Teórica

O primeiro conceito fundamental para tratar da parceria sino-brasileira é cooperação. A cooperação pode ser compreendida como um fenômeno que visa a conciliação de interesses entre duas partes (ou mais) em prol de objetivos similares. Isto é, um comprometimento compactuado para atividades entre doador e receptor, no qual a troca é um elemento essencial^{IX}, conjecturando uma relação equânime e horizontal. Nesse sentido, há uma ideia de reciprocidade na relação, em que ambas as partes se beneficiam.

No entanto, segundo Ayllón^X, as correntes teóricas das Relações Internacionais possuem distintas visões sobre a cooperação. Para a corrente realista, por exemplo, a cooperação é entendida como uma ferramenta essencial para o alcance dos interesses nacionais. Nesse sentido, “não é diferente de políticas diplomáticas ou militares ou da propaganda. São todas armas no arsenal político da nação”^{XI}.

Já a teoria construtivista, expõe a importância dos esforços humanitários e do compromisso ético na cooperação. Nessa perspectiva, a cooperação envolve ideias, valores e normas que fazem com que os Estados cooperem porque entendem que é a postura correta e mais adequada a ser adotada. Outra vertente que aborda o estudo sobre a cooperação é o estruturalismo. Os estruturalistas fundamentam-se no viés marxista das Relações Internacionais, encarando a cooperação como um instrumento de dominação dos países desenvolvidos do sistema internacional, portanto entendem que o objetivo primordial é a manutenção de um ciclo de dependência entre o país que doa e o país que recebe a cooperação^{XII}.

Por outro lado, Axelrod e Keohane^{XIII}, autores do Neoliberalismo Institucional (ou Institucionalismo Neoliberal), baseiam seu pensamento no entendimento de que a cooperação

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANJI IZIDRO GONÇALVES

é possível, mesmo em um sistema internacional anárquico. Para os autores, “a cooperação ocorre quando os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou antecipadas dos outros”^{XIV}. Assim, a cooperação é resultado de uma escolha racional dos Estados. A busca pelo interesse nacional é movida pelas percepções que os atores terão frente à possibilidade de cooperação, através de um cálculo de custo-benefício que considera a obtenção de ganhos absolutos. Ao contrário dos realistas que valorizam os ganhos relativos e as dificuldades impostas pela anarquia internacional à possibilidade de cooperação, os neoliberais destacam que “a cooperação varia de acordo com os temas e com o tempo”^{XV}.

Entre as diferentes correntes teóricas apresentadas, este artigo parte da vertente neoliberal institucionalista para tratar da relação de cooperação que se estabeleceu ao longo dos anos entre o Brasil e a China, consubstanciando-se na parceria estratégica. Entende-se que esta parceria é mais do que uma mera ferramenta política – como pressupõe a teoria realista – e não pode ser explicada fundamentalmente em decorrência do compartilhamento de valores – como defenderiam os construtivistas –, sendo um reflexo do amadurecimento das relações bilaterais sino-brasileiras, espelhando um ajuste constante de preferências dos atores. Entende-se que ao longo dos anos as relações amadureceram em termos de temas e ações conjuntas, implicando em benefícios mútuos para o Brasil e para a China, estimulando os países a aprofundarem suas relações políticas e comerciais.

Contudo, o que seria uma parceria estratégica? A expressão foi empregada em 1993 durante a visita ao Brasil do então Primeiro Ministro Chinês, Zhu Rongji, e foi aceita pelo Presidente Itamar Franco “entusiasticamente”^{XVI}. Desde então os países formalizaram a parceria estratégica e, em 2004, o relacionamento se tornou mais institucionalizado com o estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a mais alta instância permanente do diálogo político bilateral^{XVII}.

Segundo Becard^{XVIII}, dois países possuem uma parceria estratégica quando existe:

- i) condução de diálogo profícuo e amistoso entre altas autoridades políticas de ambas as partes, sustentado por mecanismos institucionais; ii) manutenção de relações dinâmicas nos campos econômico e sociocultural, com participação de diferentes atores sociais, contribuindo para o desenvolvimento de seus projetos nacionais; iii) desenvolvimento de cooperação ativa e abrangente em questões estratégicas e de segurança, inclusive no campo militar; iv) compartilhamento de visões a respeito da organização do sistema internacional.

No caso sino-brasileiro, o relacionamento entre os países é composto em três eixos principais: político, econômico e científico-tecnológico, uma vez que o eixo sociocultural, possui um tímido desenvolvimento^{XIX}.

Além dos conceitos de cooperação e de parceria estratégica, é importante clarificar outros conceitos centrais neste estudo: vulnerabilidade e sensibilidade. A teoria liberal nas Relações Internacionais possui uma vertente denominada Teoria da Interdependência Complexa, proposta por Keohane e Nye nos anos 1970. A interdependência é definida por eles como “situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países”^{XX} e não produz apenas benefícios mútuos, uma vez que envolve custos e possíveis restrições à autonomia dos Estados. Nesse sentido, Keohane e Nye^{XXI} argumentam que a interdependência pode ser assimétrica, pois se relaciona às fontes de poder existentes nas relações internacionais. Para entender o papel do poder na interdependência, os autores trabalham com duas importantes dimensões: sensibilidade e vulnerabilidade.

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANJI IZIDRO GONÇALVES

A sensibilidade envolve o grau de responsividade de um país às mudanças (sociais, políticas, econômicas) que ocorrem em outro Estado. É, portanto, a capacidade de resposta política de um país frente a outro. Já a vulnerabilidade mede o custo das alternativas disponíveis para fazer frente ao impacto externo, ou seja, retrata não a capacidade de resposta, mas a possibilidade de determinado país influenciar o resultado das ações de outro.

Em uma relação bilateral, como no caso sino-brasileiro, esta análise torna-se complexa, tendo em vista que as trocas, especialmente no campo econômico-comercial, terão efeitos distintos para cada um. Em um cenário de interdependência, os fenômenos da vulnerabilidade e da sensibilidade impactam diretamente nos resultados das relações entre os Estados, pois dizem respeito a um estudo de poder^{XXII}. O ator menos vulnerável da relação possui um maior poder de barganha e melhores opções estratégicas no relacionamento, no caso deste estudo, a China. Assim, é necessário analisar a parceria estratégica e a relação de cooperação entre os países para compreender como se estrutura esta parceria, quais são os resultados, as potencialidades e os desafios que apresenta para o Brasil, visto ser o país que possui maior sensibilidade e vulnerabilidade nesta parceria.

3. O desenvolvimento da parceria estratégica sino-brasileira

O relacionamento sino-brasileiro possui raízes no período do Brasil Império (1822-1889). Em 1879, D. Pedro II enviou uma grande missão à China no intuito de “estabelecer uma corrente migratória para o Brasil e ativar fluxo de comércio entre os dois Impérios”^{XXIII}. Por outro lado, no início do período republicano (1889-1930), houve um cenário de afastamento entre essas nações devido a fatores externos e internos que afetaram a China^{XXIV}, que se encontrava em um contexto conturbado de enfraquecimento da Dinastia Qing, no que é conhecido como o Século das Humilhações (1849-1949). Esse período foi marcado pela dominação ocidental sobre o país, configurando uma série de perdas em guerras, como durante as duas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860), a Guerra Sino-Francesa (1884-1885) e a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895)^{XXV}.

Neste cenário adverso para os chineses, o relacionamento bilateral com o Brasil esteve em ritmo lento, porém houve assinatura de alguns acordos, como a Convenção de Arbitramento de 1909 e o Convênio Cultural de 1946. Os indícios de uma aproximação efetiva entre os países aconteceram apenas nos anos 1960 em um contexto no qual o Partido Comunista Chinês (PCC), com seu líder Mao Tsé-Tung, já detinha o poder sobre o Estado desde 1949, e o Brasil experimentara um momento inovador: a Polícia Externa Independente (PEI), inaugurada por Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964). Na PEI, a orientação era conjugar os vetores Norte-Sul e Leste-Oeste na política externa, acarretando a mundialização das relações exteriores do Brasil^{XXVI}. Neste cenário, o governo brasileiro buscou ampliar o mercado externo para além de visões ideológicas que separavam o mundo em capitalistas e comunistas. Um exemplo importante da implementação das diretrizes desta política foi a visita do então Vice-Presidente João Goulart à China, em 1961, marcando, segundo Becard^{XXVII}, o “ápice da fase embrionária” da relação bilateral.

No entanto, o que se esperava que se tornasse uma intensificação nas relações foi impedido com o regime militar (1964-1985) no Brasil que ocasionou uma retração no relacionamento bilateral entre as nações, devido à condição de alinhamento do Brasil ao bloco ocidental no período da Guerra Fria. Apesar dos acordos firmados anteriormente, a reaproximação sino-brasileira se oficializou apenas em 1974^{XXVIII}, durante o governo de

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANJI IZIDRO GONÇALVES

Ernesto Geisel (1974-1979), que retomou os princípios do paradigma do globalismo e buscou diversificar as relações exteriores do país no contexto da Guerra Fria. Houve um grande marco político: a negociação para a instalação da Embaixada chinesa em Brasília e da Embaixada brasileira em Pequim. Além disso, o Brasil reconheceu a República Popular da China como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas e não mais Taiwan.

O primeiro Acordo Comercial entre Brasil e China foi firmado também na década de 1970, mais especificamente em 1978.

Com a assinatura do primeiro Acordo Comercial entre Brasil e China (em 1978), a corrente de comércio começou a evoluir de forma gradual, indo de US\$ 19,4 milhões em 1974 para US\$ 202 milhões em 1979. Produtos primários como algodão, açúcar e farelo de soja figuraram entre os mais exportados para a China naquele momento (50% do total), enquanto, sobretudo, elementos químicos e farmacêuticos (67% do total) foram os produtos chineses mais importados pelo Brasil. A partir de 1978, o petróleo passou a representar mais de 95% dos produtos importados da China por brasileiros. Em termos gerais, ademais do reconhecimento diplomático, os anos 1970 não trouxeram grandes resultados para as relações sino-brasileiras, tendo sido o conhecimento mútuo e os recursos financeiros insuficientes para fomentar as relações. Brasil e China tiveram de aguardar a década de 1980 para que pudessem explorar outras formas de cooperação conjunta^{XXX}.

A conjuntura de uma China mais ativa no cenário internacional se intensificou a partir da administração de Deng Xiaoping (1976-1997), sobretudo a partir da abertura comercial em 1982. Nesse contexto, o governo chinês percebeu o Brasil como um *player* estratégico que poderia proporcionar oportunidades de parceria comercial, inclusive para investimentos e para a ênfase que a China buscava dar na Cooperação Sul-Sul^{XXX}.

Nesse período, o processo de redemocratização brasileira promoveu uma nova diretriz para o relacionamento entre os países. Durante o Governo Sarney (1985-1990) destacam-se dois grandes marcos: a visita do então Primeiro Ministro, Zhao Ziyang, em novembro de 1985 ao Brasil e a visita do Presidente brasileiro em julho de 1988 à China. O primeiro marco proporcionou o fim das limitações ideológicas ao relacionamento bilateral, resultando na assinatura de um acordo cultural e na abertura do Consulado chinês na cidade de São Paulo. Já o segundo marco estimulou a cooperação nas esferas de tecnologia industrial, farmacêutica, energia elétrica e transportes. Ademais, deu origem à cooperação na esfera científica-tecnológica, com a assinatura do Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS)^{XXXI}.

Durante o início dos anos 1990, o contexto internacional não era o mais favorável para a China, haja vista a necessidade de se inserir em um contexto globalizado e majoritariamente capitalista, com valores distintos dos chineses. No que tange à política externa, o país buscou se reaproximar das potências europeias, como França, Reino Unido e Alemanha e de seus vizinhos como Japão, Coreia do Sul, Indonésia, Vietnã e Brunei. Nesse contexto, a América Latina, especialmente o Brasil, surgiu como uma região estratégica, pois proporcionava diferentes opções de comércio e cooperação econômica^{XXXII}.

Apesar de se esperar um avanço no relacionamento bilateral nos anos 1990, em contraposição, o que se observou foi um grande abalo no relacionamento entre os países, dado que o sistema internacional era palco de mudanças e marcado pela propagação do neoliberalismo^{XXXIII}. Para além das dificuldades de adaptação nesta nova ordem mundial, tanto a China quanto o Brasil enfrentavam momentos delicados, como os reflexos da

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANCI IZIDRO GONÇALVES

repressão aos protestos na Praça da Paz Celestial de Tian'anmen (1989) e as diversas tentativas fracassadas de combate à hiperinflação no Governo Collor (1990-1992). Nesse momento apresentou-se grande dificuldade na diversificação da pauta de exportação sino-brasileira, configurando a queda de trocas comerciais^{XXXIV}.

Durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), foi retomado o viés da busca pela intensificação da cooperação bilateral, inclusive no âmbito científico-tecnológico, enfatizando o projeto CBERS^{XXXV}. Os interesses eram mútuos: do lado chinês, havia o desejo por importar matérias-primas, visto que não possuía capacidade de produzi-las internamente, como o minério de ferro e cereais; do lado brasileiro, existiam expectativas de ampliar as exportações para a China e obter investimentos. Assim, ambos os países viam na cooperação uma forma de fortalecimento mútua. Nos foros multilaterais, os interesses também eram convergentes, pois as duas nações defendiam a necessidade de construção de uma ordem internacional mais justa e equânime.

A constituição da Parceria Estratégica em 1993 simbolizou o desejo dos governos explorarem a potencialidade da relação bilateral em meio a um cenário de desafios compartilhados pelos países para se inserirem de forma participativa e ativa no sistema internacional dos anos 1990. Desde sua formalização, três eixos centrais da cooperação bilateral podem ser observados: o político, o econômico e o científico-tecnológico.

No discurso de sua posse como presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) afirmou que a Ásia seria uma das prioridades da política externa brasileira^{XXXVI}. Nesse tempo, exploraram-se as três esferas primordiais da relação, inclusive em investimentos empresariais conjuntos. A China foi o primeiro país asiático a ser visitado pelo então presidente brasileiro, o que teve como resultado o fortalecimento do programa CBERS.

Entretanto, a balança comercial sino-brasileira apresentou declínio entre os anos de 1996 e 1999. Algumas motivações para esse acontecimento podem ser explicadas pela crise financeira asiática de 1997 e pela crise cambial brasileira de 1999. Ademais, houve queda de exportação brasileira para China pela diminuição dos preços das *commodities* agropecuárias no sistema internacional, pelos contenciosos comerciais com investigações *antidumping* e imposição de salvaguardas por parte da China perante o Brasil e pela dificuldade brasileira em obter reduções tarifárias chinesas^{XXXVII}. Já no campo científico-tecnológico, observou-se o engajamento das partes para o lançamento ao espaço do satélite CBERS 1, em outubro de 1999. Com isso, comprovou-se a capacidade da Cooperação Sul-Sul neste setor^{XXXVIII}.

A virada do século trouxe uma nova fase às relações bilaterais. Entre 2000 e 2003 observou-se um aumento das importações e exportações, inclusive devido às demandas chinesas por *commodities*. Nesse contexto, a gestão de Lula da Silva (2003-2010) inaugurou novos objetivos para a política externa brasileira. Segundo Vigevani e Cepaluni^{XXXIX}, a política externa se orientava em buscar a chamada “autonomia pela diversificação”, compreendendo que a diversificação de parcerias alavancaria o poder de negociação brasileiro no sistema internacional. Neste cenário, a China, assim como outros países considerados emergentes, tinha papel central, pois auxiliava o Brasil a contrabalancear o poder das nações mais poderosas, como os EUA e a União Europeia.

Assim, Lula realizou diversas articulações, sobretudo com os principais países emergentes, através de alianças estratégicas como o BRICS, o IBAS e o G-20 comercial. Desde seu discurso de posse, Lula colocou a China como prioridade na política externa. Com efeito, durante seu mandato houve estreitamento dos vínculos políticos e comerciais. Em 2004 houve a formalização da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANJI IZIDRO GONÇALVES

Cooperação (COSBAN) e em 2007 a formalização do Diálogo Estratégico. No âmbito científico-tecnológico, houve o aprofundamento do projeto CBERS, resultando no lançamento do CBERS-2 em outubro de 2003 e o CBERS-2B em setembro de 2007.

Contudo, mesmo com expectativas positivas para as relações bilaterais existiram atritos comerciais nesse período, pois houve aumento no preço das matérias-primas e redução no valor dos produtos manufaturados, ocasionando um grande impacto nas trocas econômicas. Com o aumento do preço das *commodities*, a China estava em desvantagem ao ter que satisfazer sua demanda por um valor mais alto. Assim, em 2004 tentou manipular os preços internacionais de *commodities* por meio da soja. O país alegou que a soja destinada ao seu mercado doméstico era tratada com fungicidas e bloqueou a descarga em portos chineses. Posteriormente, as medidas foram implementadas para o minério de ferro. Em 2005, os chineses “inconformados com o aumento anual de 71% no preço de minério de ferro” buscaram medidas para diminuir a importação^{XL}.

A respeito do comércio bilateral, o Brasil enfrentou grande dificuldade em diversificar sua pauta exportadora e agregar valor aos produtos exportados para a China. Becard^{XLI} salienta que:

Em 2007, apenas 8% dos produtos brasileiros exportados para a China foram de manufaturados, sendo que insumos como aço, minério de ferro, cobre e soja representaram as maiores exportações brasileiras. Do restante exportado em 2007, 18% eram de bens semimanufaturados e 74% de produtos primários. Já em 2008, 7% dos produtos exportados eram manufaturados, 16% semimanufaturados e 77% básicos.

A dificuldade na diversificação da pauta exportadora, culminou em déficits comerciais para o Brasil até 2008. Pensando em uma maneira de aumentar sua presença no mercado chinês, sobretudo através de produtos com maior valor agregado, o governo brasileiro lançou a iniciativa “Agenda China”, em 2008. O documento tinha como objetivo estabelecer metas para aumentar o fluxo comercial até 2010 e atrair mais investimentos chineses para o Brasil. Nesse cenário, a crise econômico-financeira internacional de 2008, iniciada nos EUA, trouxe um grande impacto para o sistema capitalista. Contudo, a diversidade dos parceiros econômicos do Brasil e a manutenção da forte demanda chinesa pelas *commodities* brasileiras ajudaram o país a não sentir profundamente os efeitos da crise^{XLII}.

Atualmente, a China é considerada por muitos estudiosos uma grande potência^{XLIII}, enquanto o Brasil permanece como potência intermediária^{XLIV}. É nítido que existem vantagens nesta aproximação, mas quais têm sido os principais entraves? E mesmo diante da assimetria de poder na relação, quais são as potencialidades desta parceria para o Brasil? São estas questões que a próxima seção se propõe a responder.

4. A Parceria Estratégica entre 2008 e 2016

O período compreendido entre 2008 e 2016 foi marcado por oscilações no relacionamento bilateral sino-brasileiro. Logo, devem ser ressaltados os principais acontecimentos desse período que impactaram essa relação, bem como as consequências para a Parceria Estratégica.

Como apresentado na seção anterior, os anos 2000 foram marcados pela ampliação da cooperação entre os países e pela percepção mútua da importância da relação bilateral para ambas as partes, como evidenciado pela criação da COSBAN, do Diálogo Estratégico, da

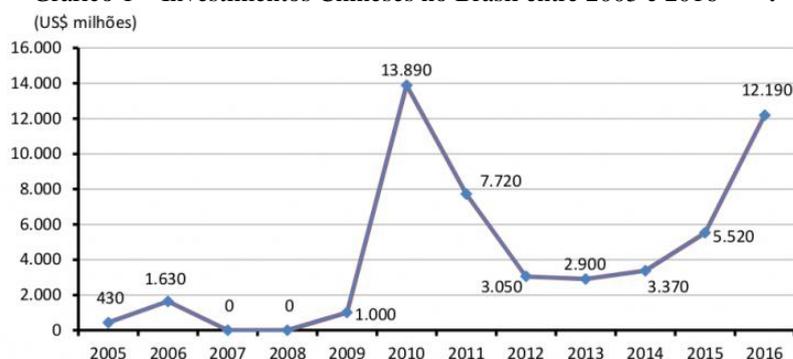
RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANCI IZIDRO GONÇALVES

“Agenda China” e pelo aprofundamento da corrente comercial e da cooperação científica-tecnológica.

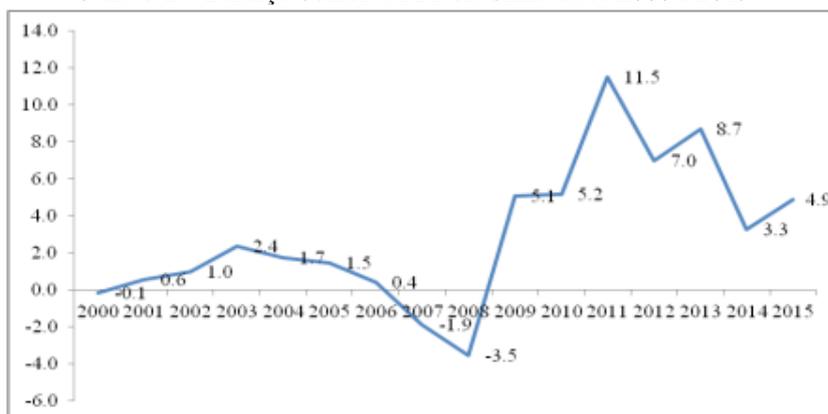
Em 2010, no bojo da relação estratégica, os países estabeleceram também um Plano de Ação Conjunta 2010-2014, que contemplava todos os âmbitos da cooperação bilateral^{XLV}. Esse período, foi marcado ainda pelo aumento da demanda chinesa por produtos brasileiros e pela ampliação de investimento no Brasil, como pode ser visto gráfico 1. Isso significou para o Brasil uma nova opção para o financiamento externo^{XLVI}.

Gráfico 1 – Investimentos Chineses no Brasil entre 2005 e 2016^{XLVII}.



A crescente no preço das *commodities* até 2011 também foi elemento fundamental para o fortalecimento da economia brasileira no período, ampliando a importância estratégica do Brasil para a China. Com o tempo, a demanda chinesa pelos produtos primários brasileiros trouxe resultados positivos para a balança comercial^{XLVIII}.

Gráfico 2 – Balança Comercial Brasil-China entre 2000 e 2015^{XLIX}.



Outro aspecto importante, que se somou ao desenvolvimento das relações comerciais, foi o aprofundamento das relações políticas no período. O então presidente Lula realizou duas visitas oficiais à China, em 2004 e 2009. Em sua primeira visita, assinou com Hu Jintao, então líder chinês, 15 acordos em múltiplos setores, solidificando a aproximação bilateral^L.

A ênfase dos países na diversificação de parcerias e na Cooperação Sul-Sul no âmbito da política externa foi elemento essencial ao longo do período. Os países apresentavam-se como desafiadores da ordem internacional, enquanto os países centrais buscavam se recuperar da crise financeira^{LI}. Nesse sentido, Brasil e China demandavam a construção de uma ordem

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANCI IZIDRO GONÇALVES

internacional mais justa e se engajaram no sistema internacional reconhecendo o potencial das alianças Sul-Sul para modificação do *status quo* internacional.

Enquanto o Brasil buscava se inserir internacionalmente por meio da autonomia pela diversificação, a China buscava seu desenvolvimento com base na ideia da ascensão pacífica^{LII}. Durante a administração do então Presidente Hu Jintao (2002-2012) a diplomacia chinesa buscou conciliar a ascensão pacífica, com a perspectiva do desenvolvimento científico e com a criação de uma sociedade socialista harmoniosa^{LIII}. Nesse cenário, a China encarou suas parcerias estratégicas com outros países de maneira bastante pragmática, buscando conciliar seus interesses com os demais atores em instituições e fóruns internacionais, como BRICS e o G20^{LIV}, além de investir nas relações bilaterais.

Assim, a busca comum pela mudança da ordem internacional e a mútua percepção da relevância das relações bilaterais para os países propiciou que os chineses se tornassem o maior parceiro comercial do Brasil em 2009, após mais de oitenta anos da liderança dos EUA nesta posição. Apesar de em 2008 – ano da crise financeira que teve início nos Estados Unidos impactar a economia mundial – ter existido uma queda significativa no saldo da balança comercial, o Brasil acumulou um significativo superávit com a China a partir de 2009 (vide gráfico 2).

Segundo Wellington Amorim^{LV}, um importante fator que contribuiu para a China ter se tornado o primeiro parceiro comercial do Brasil foi

a grande demanda chinesa por matérias-primas brasileiras e a demanda brasileira por produtos baratos chineses [...]. De certa forma, a China tem procurado garantir a oferta de vários insumos alimentares, energéticos e minerais de maneira sustentável no médio e longo prazos, e o Brasil se encaixa como uma luva nesse papel. Quanto ao Brasil, importa produtos de baixa e média tecnologia.

Já durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) o Brasil vivenciou um momento muito menos favorável – tanto no campo político como econômico – no âmbito doméstico e externo do que com seu antecessor. Fatores como a Primavera Árabe (2010-2012), os reflexos da crise econômica mundial e as revelações de espionagem dos Estados Unidos sobre diversos países em 2013, incluindo o Brasil, impactaram a formulação da política externa brasileira. Em termos comerciais, a queda substancial no preço das *commodities* a partir de 2012, dificultou a manutenção do dinamismo comercial brasileiro. No plano interno, a insatisfação com o governo Rousseff – exposta nas diversas manifestações populares em junho de 2013 – suscitou maior atenção por parte da administração brasileira ao âmbito interno, reforçando a pauta de política externa como não prioritária^{LVI}.

Por outro lado, o sucessor de Hu Jintao, Xi Jinping (2013-atualmente) apresentou uma postura mais assertiva na política externa chinesa. Xi Jinping consolidou-se como um dirigente confiante e proativo, usufruindo do poder e da influência crescentes da China nas relações internacionais. O líder inaugurou uma nova fase da política externa de seu país: a “Ascensão Pacífica 2.0”, visando manter um cenário externo pacífico, protegendo os principais interesses chineses, a fim de conduzir seu país à ascensão^{LVII}.

Como, portanto, o relacionamento sino-brasileiro foi afetado por este momento vulnerável do Brasil? Na esfera comercial, a queda do preço das *commodities* em 2012 implicou em uma diminuição do saldo favorável na balança comercial no mesmo ano (gráfico 3). Em termos de investimentos, houve uma diminuição de investimentos chineses no Brasil a

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANJI IZIDRO GONÇALVES

partir de 2011, após ter atingido o maior índice em 2010 (gráfico 2). Apesar dos investimentos chineses serem relativamente altos e muito importantes para a economia brasileira e da balança comercial continuar favorável, começa a ficar evidente a partir deste período os diferentes rumos seguidos pelos países, com a China cada vez mais em ascensão e o Brasil perdendo influência e poder relativos no âmbito internacional.

Não é sem razão que autores como Becard, Barros-Platiau e Oliveira^{LVIII}, apontam a existência de uma interdependência assimétrica entre o gigante asiático e o líder sul-americano, pois enquanto a China obteve sucesso em suas estratégias globais, o Brasil perdeu espaço ao desenvolver uma estratégia sem planejamento de longo prazo e marcada por falta de coordenação de suas práticas institucionais. Sob a mesma perspectiva, Wellington Amorim^{LIX}, em entrevista, defende que o Brasil não possui uma visão consistente de futuro, enquanto a China possui um olhar com extrema competência. A partir desta lógica, na prática, o Brasil embarca em um “navio chinês ficando à mercê do rumo que os chineses escolhem”^{LX}. Essa postura foi agravada nos últimos anos com a crise política e econômica brasileira, acentuando a vulnerabilidade do país. Assim, a simetria existente no início da relação bilateral e quando da institucionalização da Parceria Estratégica não é mais parte da relação no momento atual. Como afirma Amorim^{LXI}, “obviamente, é uma relação assimétrica do ponto de vista qualitativo”. O problema, afirma o especialista, é que “no momento o Brasil não possui capacidade de oferecer alternativas a esse círculo vicioso”.

Entretanto, mesmo diante de uma condição assimétrica entre os países, é possível observar desenvolvimentos importantes na relação. Em 2011, a então presidente Dilma Rousseff visitou a China, participando do Seminário Empresarial Brasil-China, do Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia & Inovação e da III Cúpula dos BRICS em Sanya. Em 2012, durante a visita do então Primeiro Ministro chinês ao Brasil, Wen Jiabao, Brasil e China elevaram suas relações ao nível de “Parceria Estratégica Global”, formalizando o Diálogo Estratégico Global entre Ministros das Relações Exteriores, estipulando o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021)^{LXII}. Além disso, na esfera científica-tecnológica, houve o aprofundamento do projeto CBERS a partir da tentativa de lançamento do CBERS-3 em 2013 e do lançamento do CBERS-4 em 2014.

Assim, percebe-se que o momento político e econômico desfavorável para o Brasil, e que profundou a assimetria existente na relação bilateral com a China, não foi necessariamente prejudicial à parceria estratégica. Charles Tang^{LXIII}, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, em entrevista, corrobora esta afirmação ao afirmar que houve abertura para o capital estrangeiro em grandes projetos brasileiros e que a China consolidou-se como um dos poucos países que reuniu a disponibilidade financeira com a disposição de investir no risco do Brasil nesse cenário, ajudando a atenuar a crise econômica. Assim, a China foi um importante parceiro para o Brasil em um cenário adverso, satisfazendo também seus próprios interesses.

Retomando os eixos centrais da Parceria Estratégica sino-brasileira (econômico, político e científico-tecnológico), pode-se dizer que durante o período entre 2008 e 2011, no campo econômico, o relacionamento entre Brasil e China, em termos de investimento (gráfico 1) e balança comercial (gráfico 2) estiveram favoráveis, tendo apresentado resultados satisfatórios. Apesar de uma queda quantitativa a partir de 2012, com algumas oscilações, devido à crise política e econômica brasileira, o Brasil mostrou-se aberto ao capital estrangeiro chinês, sobretudo em projetos de infraestrutura, contemplando resultados relativamente positivos para o relacionamento.

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANJI IZIDRO GONÇALVES

A partir das considerações dessa seção, observa-se que durante o governo Lula, o relacionamento entre Brasil e China contemplou resultados tangíveis e vultosos. Esse fenômeno deu-se em decorrência de um contexto internacional e doméstico propícios para o estreitamento da cooperação bilateral, assim como pelo destaque dado por ambos os países às relações com países emergentes e por objetivos comuns na esfera internacional. Na administração Rouseff, evidencia-se uma dificuldade em manter níveis tão bons quanto os de seu antecessor, devido a fatores externos – como a queda do preço das *commodities* – e ao início da crise política e econômica brasileira, que fez com que o Brasil voltasse suas atenções para o plano doméstico em detrimento à inovações e estratégias mais assertivas em sua política externa. Ao mesmo tempo, foi possível analisar oportunidades para a relação Brasil-China nesse período, como a abertura para o investimento estrangeiro com a diminuição do preço dos ativos devido à crise das empreiteiras brasileiras. Apesar da crise, o Brasil continuou sendo percebido pela China como um parceiro estratégico na América Latina.

Considerando os conceitos teóricos e analíticos deste trabalho, percebe-se que o Brasil é o ator mais vulnerável e sensível nesta cooperação. Há, na realidade, um ajuste de preferências entre os dois países, no qual ambos visam dialogar em prol de possíveis vantagens que possam extrair um do outro. É evidente a assimetria de poder existente na relação, porém o grande poderio econômico da China tem sido um importante estímulo ao comércio brasileiro no período de crise econômica, uma vez que o país continua a demandar uma gama de produtos brasileiros. A longo prazo, entretanto, tal assimetria pode configurar uma consequência negativa para o Brasil, dado os vínculos de dependência que uma relação assimétrica estabelece.

Ao retomar as duas questões abordadas na seção anterior – referentes aos principais entraves e dificuldades e aos resultados e as potencialidades desta parceria para o Brasil – defende-se a noção de que os principais entraves não se encontram na crise brasileira, mas sim na dificuldade do Brasil aumentar seu poder de barganha frente à China, por exemplo diversificando a pauta exportadora para bens com maior valor agregado. Enquanto que os resultados e as potencialidades são visualizados em uma maior intensificação no relacionamento, sobretudo pela capacidade chinesa em investir no risco do Brasil em meio a um período delicado, auxiliando a amenizar os efeitos da crise econômica. Para além do campo econômico e comercial, é possível observar as potencialidades do relacionamento político-diplomático, visto que a China, junto com o Brasil, reivindica uma ordem internacional mais justa, criticando o *status quo* existente. Também há potencial na esfera científica-tecnológica, com a continuidade do projeto sino-brasileiro na área de satélites, o CBERS. De todo modo, não se pode negar que nesta parceria estratégica assimétrica, o Brasil é o lado mais sensível e mais vulnerável.

5. Considerações Finais

De acordo com o que foi exposto ao longo do estudo, é evidente o avanço na cooperação Brasil-China, sobretudo após reatarm suas relações diplomáticas em 1974, culminando na formalização de uma Parceria Estratégica em 1993. Esse fenômeno foi possível por diversos fatores do plano internacional, bem como pelas opções de política externa dos brasileiros e dos chineses.

A construção da Parceria Estratégica foi um grande passo para o relacionamento bilateral e foi caracterizada pelo engajamento dos dois países que buscaram aprofundar e

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANJI IZIDRO GONÇALVES

extrair vantagens táticas um do outro, respaldando-se em três eixos centrais: político-diplomático, econômico-comercial e científico-tecnológico. Para o presente artigo, buscou-se enfatizar o âmbito econômico-comercial desta relação.

Os anos 1990 apresentaram resultados relativamente fracos na esfera comercial, que só enfrentaria resultados positivos a partir dos anos 2000. No âmbito científico-tecnológico, entretanto, houve o maior feito dos países: o lançamento do CBERS 1 em 1999. Deve ser ressaltado que a China apresentou um desenvolvimento econômico mais sólido se comparado ao Brasil, configurando uma assimetria de poder neste relacionamento.

Em virtude disso, objetivou-se analisar a Parceria Estratégica e seus resultados, potencialidades e desafios para o Brasil. Teve-se como base a corrente teórica do Neoliberalismo Institucional de Axelrod e Keohane^{LXIV}, visando a compreensão da complexidade nesta relação, dado o fato de que o Brasil é o ator mais vulnerável e mais sensível, e a China, por outro lado, o ator que possui maior poder de barganha e peso econômico e político

Ainda sobre o viés teórico, foi averiguado quais são os interesses particulares de cada país neste relacionamento e as vantagens que visam extrair. Do lado do Brasil, prepondera a busca por investimentos e por mercados para seus produtos, enquanto para a China é fundamental atender a demanda de sua população, por meio da importação de produtos primários, bem como se fazer presente no mercado brasileiro e latino-americano, a fim de consolidar seu projeto de ascensão pacífica no sistema internacional.

O momento compreendido entre 2008 e 2016 foi objeto de análise principal, visto que neste período observou-se o início da crise econômica e a mudança de governo no Brasil, acompanhada por consequências negativas, devido a fatores internos e externos. No primeiro momento, o governo Lula (2003-2010) possuía condições mais favoráveis de adotar uma relação mais equânime com a China. Em contrapartida, durante a gestão de Rousseff (2011-2016), o país embarcou em uma crise político-econômica, ocasionando uma política menos assertiva em relação ao governo anterior, e, portanto, ficando a mercê, em várias situações, das opções da China nesse relacionamento. Ao mesmo tempo, deve-se ressaltar que o momento desfavorável vivenciado pelo Brasil durante Rousseff não resultou em um entrave para sua relação com a China.

Mesmo considerando a queda no preço das *commodities* e uma queda relativa no número de investimentos chineses no início da crise, a China fez-se presente no mercado brasileiro por meio da compra de ativos de diversos projetos que apresentaram preços muito mais competitivos e favoráveis ao capital estrangeiro, haja vista que algumas das grandes empreiteiras brasileiras não possuíam mais condições de arcar com os custos dos projetos. A partir disso, o número de investimentos chineses no país voltou a apresentar aumento.

Assim, sob a ótica brasileira, como fruto desta Parceria Estratégica, apresentou-se como resultado principal no campo econômico e comercial a presença da China como primeiro parceiro comercial do Brasil em 2009, além do aumento do número de investimentos que o Brasil recebeu dos chineses. Quanto às potencialidades, é possível destacar as políticas externas dos governos chinês e brasileiro, que visam fomentar a interação entre os países para áreas além do âmbito econômico e comercial. Com relação aos desafios, concentram-se principalmente na dificuldade de o Brasil aumentar seu poder de barganha com a China, diversificando sua pauta exportadora. Atualmente, a relação é assimétrica e o Brasil importa bens manufaturados e exporta matérias-primas.

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANJI IZIDRO GONÇALVES

O que se verifica, portanto, é que mesmo sendo uma parceria estratégica assimétrica, a relação bilateral é de cunho estratégico para ambos os países. A assimetria de poder existente não configura, por enquanto, um entrave, mas uma oportunidade de atenuar a crise brasileira. Entretanto, deve-se levar em consideração que a condição de uma potência intermediária em depender de uma grande potência é preocupante no longo prazo e deve ser tratada com seriedade devido aos vínculos de dependência que essa relação pode trazer e seus impactos termos de sensibilidade e vulnerabilidade. Portanto, é proposto que seja investigado em pesquisas futuras os possíveis efeitos que, a longo prazo, podem vir a impactar essa cooperação e se, de fato, essa parceria estratégica assimétrica continuará sendo benéfica para o Brasil.

^I Graduada em Relações Internacionais pelo Unilasalle-RJ e Analista Comercial na Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC).

^{II} Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em Relações Internacionais pela PUC-Rio. Atualmente é coordenadora e professora do curso de Relações Internacionais do Unilasalle-RJ.

^{III} BIATO JR., Oswaldo. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.

^{IV} MDIC, **Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços**, 2018. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais?pais=NA>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

^V ALTEMANI, Henrique. **Política Externa Brasileira**. Editora Aduaneiras, 2003.

^{VI} BECARD, Danielly Silva Ramos. **O que esperar das relações Brasil-China?** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-44, 2011

^{VII} BIATO JR., Oswaldo. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.

^{VIII} VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

^{IX} LEITE, Iara Costa. **Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos**. Observatório Político Sul-Americano. Observador On-line, v.7, n. 03, 2012.

^X AYLLÓN, Bruno. **La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales**. Carta. Internacional. Belo Horizonte, v. 2, n.2, out. 2007, p.32-47.

^{XI} MORGENTHAU, Hans. **A Political Theory of Foreign Aid**. The American Political Science Review, vol. LVI, n. 2, 1962, p. 301- 309.

^{XII} AYLLÓN, Bruno. op. cit.

^{XIII} KEOHANE, Robert; AXELROD, Robert. **Achieving Cooperation under Anarchy: strategies and institutions**. World Politics, 1985, v. 38, n.1, p.226-54.

^{XIV} Ibidem

^{XV} Ibidem

^{XVI} BIATO JR., op. Cit.

^{XVII} BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Brasil e China: o aprofundamento de uma parceria estratégica**, 2015. Disponível em: <<http://blog.itamaraty.gov.br/24-brasil-china/141-brasil-e-china-o-aprofundamento-de-uma-parceria-estrategica>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

^{XVIII} BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China**. Brasília: FUNAG, 2008.

^{XIX} GONÇALVES, Williams; BRITO, Lana Bauab. **Relações Brasil-China: uma parceria estratégica? SÉCULO XXI**, Porto Alegre, v. 1, n 1, p. 11-28, 2010.

^{XX} KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. Boston: Little; Brown, 1977.

^{XXI} Ibidem

^{XXII} KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. New York: HarperCollins, Edição 2, 1989.

^{XXIII} CERVO, Amado. **Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANCI IZIDRO GONÇALVES

- XXIV ALTEMANI, Henrique. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 47 n. 1, p. 7-30, 2004.
- XXV ARRIGHI, Giovanni; AHMAD Iftikhar; SHIH, Miin-wen. As hegemônias ocidentais em perspectiva histórica mundial. In: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da UFRJ, 2001.
- XXVI VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e a política externa independente**. In: Revista Brasileira de História, Vol. 14, no 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.
- XXVII BECARD, Danielly Silva Ramo, op. cit.
- XXVIII Ibidem
- XXIX Ibidem
- XXX Ibidem
- XXXI BIATO JR., Oswaldo. op. cit.
- XXXII Ibidem.
- XXXIII BECARD, Danielly Silva Ramos. op. cit.
- XXXIV Ibidem
- XXXV Ibidem
- XXXVI ALTEMANI, Henrique, op. cit.
- XXXVII BIATO JR., Oswaldo. op. cit.
- XXXVIII BRITO, Lana Bauab. O futuro nebuloso da cooperação sino-brasileira na área de satélites. **Meridiano 47**, Brasília, v. 14, n. 136, mar.-abr. 2013.
- XXXIX VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel, op cit.
- XL BIATO JR., Oswaldo, op cit.
- XLI BECARD, Danielly Silva Ramos, op cit.
- XLII ALTEMANI, Henrique. **Brasil e China: uma nova aliança não escrita?** Rev. bras. polít. int. vol. 53, n.2, pp.88-105, 2010.
- XLIII FLEMES, Daniel. A Visão Brasileira da Futura Ordem Global. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, 2010.
- XLIV Ibidem.
- XLV BRASIL. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>>. Acesso em 12 de abril de 2018
- XLVI DANTAS, Alexis Toribio; JABBOUR, Elias Marco Khalil. Brazil and China: an assessment of recent trade relations. **Economics of Agriculture**, 2016.
- XLVII VALDEZ, Robson. **As relações entre o Brasil e a China frente aos desafios impostos pelo ajuste fiscal**. Panorama Internacional: Volume 2, nº 3, 2017.
- XLVIII DANTAS, Alexis Toribio; JABBOUR, Elias Marco Khalil, op cit.
- XLIX Ibidem
- L Disponível em: <<http://www.camarabrasilchina.com.br/publicacoes-ccibc/artigos/balanco-da-visita-do-presidente-lula-a-china>> acesso em 14 de abril de 2018.
- LI PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves. **A China, o Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica?** Brazilian Journal of International Relations. Edição Quadrimestral, Vol. 3, Edição 1, UNESP, 2014.
- LII AMARAL, Gabriela Grਾਂço do. A "Ascensão Pacífica" na Evolução da Diplomacia Chinesa nas Últimas Décadas. **Revista Aurora**, Marília, v. 6, n. 1, p. 71-94, Jul.-Dez., 2012.
- LIII BUHI, Jason. Foreign Policy and the Chinese Constitutions During the Hu Jintao Administration. **Boston College International and Comparative Law Review**, Boston, v. 37, n. 2, 2014.
- LIV ZHONGPING, Feng. JING, Huang. **China's Strategic Partnership Diplomacy**. ESPO Working Paper No. 8, 2014. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2459948> acesso em 20 de abril de 2018.
- LV AMORIM, Wellington Dantas de. **Entrevista concedida a Isabelle Carvalho Costa Pinto**. Rio de Janeiro, 7 de maio de 2018.
- LVI CORNETET, João Marcelo Conte. **A Política Externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade**. Conjuntura Austral, v.5, n. 24, 2014.

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANCI IZIDRO GONÇALVES

^{LVII} ZHANG, Jian. **China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'?**, Global Change, Peace & Security, v.27, n.1, p.5-19, 2015.

^{LVIII} BECARD, Danielly Ramos; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; OLIVEIRA, Carina Costa de. O Brasil, a China e a VI Cúpula dos BRICS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n 1, jan.-abr. 2015, p. 81-112.

^{LIX} AMORIM, Wellington Dantas de, op cit.

^{LX} Ibidem

^{LXI} Ibidem

^{LXII} BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>> Acesso em: 15 abr. 2018.

^{LXIII} TANG, Charles Andrew. **Entrevista concedida a Isabelle Carvalho Costa Pinto**. Rio de Janeiro, 11 de maio de 2018.

^{LXIV} KEOHANE, Robert; AXELROD, Robert, op cit.

Referências Bibliográficas:

ALTEMANI, Henrique. **Política Externa Brasileira**. Editora Aduaneiras, 2003.

_____. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 47 n. 1, p. 7-30, 2004.

_____. **Brasil e China: uma nova aliança não escrita?** Rev. bras. polít. int. vol. 53, n.2, pp.88-105, 2010.

AMARAL, Gabriela Granço do. A "Ascensão Pacífica" na Evolução da Diplomacia Chinesa nas Últimas Décadas. **Revista Aurora**, Marília, v. 6, n. 1, p. 71-94, Jul.-Dez., 2012.

AMORIM, Wellington Dantas de. **Entrevista concedida a Isabelle Carvalho Costa Pinto**. Rio de Janeiro, 7 de maio de 2018.

ARRIGHI, Giovanni; AHMAD Iftikhar; SHIH, Miin-wen. As hegemônias ocidentais em perspectiva histórica mundial. In: ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora da UFRJ, 2001.

AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. **Carta Internacional**. Belo Horizonte, v. 2, n.2, out. 2007, p.32-47.

BECARD, Danielly Silva Ramos **O Brasil e a República Popular da China**. Brasília: FUNAG, 2008.

_____. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-44, 2011.

BECARD, Danielly Ramos; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; OLIVEIRA, Carina Costa de. O Brasil, a China e a VI Cúpula dos BRICS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n 1, jan.-abr. 2015, p. 81-112.

BIATO JR., Oswaldo. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.

BRASIL. **Decreto n. 9388, de 28 de fev. de 1912**. Promulga a Convenção de Arbitramento entre o Brasil e a China, assignada em Peking a 3 de agosto de 1909.

_____. **Decreto n. 35.022, de 10 de fev. de 1954**. Promulga o Convênio Cultural entre o Brasil e a China, firmado no Rio de Janeiro, a 27 de março de 1946.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **China**. Brasília, 22 abr. 2018. Disponível em: < <http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/china-2/>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANJI IZIDRO GONÇALVES

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Brasil e China: o aprofundamento de uma parceria estratégica**, 2015. Disponível em: <<http://blog.itamaraty.gov.br/24-brasil-china/141-brasil-e-china-o-aprofundamento-de-uma-parceria-estrategica>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **República Popular da China**. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china>> Acesso em: 24 mar. 2018.

_____. **Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-pais?pais=NA>>. Acesso em: 03 mar. 2018

BRITO, Lana Bauab. O futuro nebuloso da cooperação sino-brasileira na área de satélites. **Meridiano 47**, Brasília, v. 14, n. 136, mar.-abr. 2013.

BUHL, Jason. Foreign Policy and the Chinese Constitutions During the Hu Jintao Administration. **Boston College International and Comparative Law Review**, Boston, v. 37, n. 2, 2014.

Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China. **Balanco da visita do Presidente Lula à China, 14/06/2004**. Disponível em: <<http://www.camarabrasilchina.com.br/publicacoes-ccibc/artigos/balanco-da-visita-do-presidente-lula-a-china>> acesso em 14 de abril de 2018.

CERVO, Amado. **Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORNETET, João Marcelo Conte. **A Política Externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade**. Conjuntura Austral, v.5, n. 24, 2014.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Chinesa**. Editora Moderna, 1990.

DANTAS, Alexis Toribio; JABBOUR, Elias Marco Khalil. Brazil and China: an assessment of recent trade relations. **Economics of Agriculture**, 2016.

FLEMES, Daniel. A Visão Brasileira da Futura Ordem Global. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, 2010.

GONÇALVES, Williams; BRITO, Lana Bauab. Relações Brasil-China: uma parceria estratégica? **SÉCULO XXI**, Porto Alegre, v. 1, n 1, p. 11-28, 2010.

GUEDES, Ciça; MELO, Murilo Fiuza de. **O Caso dos Nove Chineses - O Escândalo Internacional que Transformou Vítimas da Ditadura Militar Brasileira em Heróis da Ditadura de Mao Tsé-tung**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014.

KEOHANE, Robert; AXELROD, Robert. Achieving Cooperation under Anarchy: strategies and institutions. **World Politics**, v. 38, n.1, p.226-54.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. Boston: Little; Brown, 1977.

_____. **Power and Interdependence**. New York: HarperCollins, Edição 2, 1989.

LEITE, Iara Costa. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. **Observatório Político Sul-Americano**. Observador On-line, v.7, n. 03, 2012.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas**. Brasília: FUNAG, 2016.

LIMA, Weverton Brito. Discurso de Xi Jinping na abertura do 19º Congresso do Partido Comunista da China. **Opera Mundi**, Ásia, São Paulo, 30 out. 2017.

LUMSDAINE, David Halloran. **Moral Vision in International Politics: The Foreign Aid Regime 1949-1989**, Princeton: Princeton University Press, 1993.

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS E DAS POTENCIALIDADES DA PARCERIA ESTRATÉGICA

ISABELLE CARVALHO COSTA PINTO
FERNANDA CRISTINA NANCI IZIDRO GONÇALVES

- MORGENTHAU, Hans. **A Political Theory of Foreign Aid**. The American Political Science Review, vol. LVI, n. 2, 1962, p. 301- 309.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves. **A China, o Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica?** Brazilian Journal of International Relations. Edição Quadrimestral, Vol. 3, Edição 1, UNESP, 2014.
- TANG, Charles Andrew. **Entrevista concedida a Isabelle Carvalho Costa Pinto**. Rio de Janeiro, 11 de maio de 2018.
- VALDEZ, Robson. **As relações entre o Brasil e a China frente aos desafios impostos pelo ajuste fiscal**. Panorama Internacional: Volume 2, nº 3, 2017.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Política exterior e desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e a política externa independente**. In: Revista Brasileira de História, Vol. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.
- ZHANG, Jian. **China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'?**, Global Change, Peace & Security, v.27, n.1, p.5-19, 2015.
- ZHONGPING, Feng. JING, Huang. **China's Strategic Partnership Diplomacy**. ESPO Working Paper No. 8, 2014. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2459948> acesso em 20 de abril de 2018.